



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 5 de novembro de 2013

1 A reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e
2 Desenvolvimento Sustentável de Macaé, realizada no auditório da prefeitura,
3 no dia cinco de novembro de dois mil e treze, foi iniciada às quatorze horas e
4 quinze minutos, pelo seu **presidente, Sr. Guilherme Sardenberg Barreto,**
5 **secretário municipal de ambiente,** após conferido o quórum. Iniciou a pauta,
6 lendo a ata da reunião ordinária do dia sete de outubro do corrente ano, que
7 após retificações, foi aprovada. Na sequência da pauta, foi iniciada a
8 apresentação do Plano de Atividades da Guarda Ambiental de Macaé, pelo
9 **conselheiro Sr. Madson Nazareno, representante e comandante da**
10 **Guarda Ambiental de Macaé,** informando que o grupo é composto por
11 quarenta e quatro (44) agentes, que trabalham em regime de plantões e folgas,
12 e atuam em ações de combate a incêndios florestais, resgate de animais
13 silvestres, averiguações de desmatamentos, combate à caça, apreensões de
14 cães de caça e de materiais de caça e pesca predatória. Comentou sobre os
15 diversos cursos de capacitação realizados, e o sucesso da realização do 1º
16 Seminário de Guardas Ambientais do Estado do Rio de Janeiro. Esclareceu
17 que a GA ainda não tem sede própria, utilizando as instalações
18 disponibilizadas pela PESAGRO e também não possui orçamento próprio na
19 prefeitura, estando sob tutela da Secretaria de Ordem Pública. Explicou que as
20 denúncias são recebidas pelo telefone celular, não sendo necessário protocolar
21 - recebida a denúncia, é gerado um registro e imediatamente o grupo sai para a
22 ação. Considerou o fato da GA não ter poder de polícia nem permissão para
23 porte de arma de fogo, um fator limitante nas ações de coibição à caça, onde
24 há uso de armas pelos infratores. Nestes casos, as ações precisam ser
25 realizadas de forma indireta, com o desmonte dos acampamentos no momento
26 em que os caçadores não estão presentes; ou as ações são realizadas em
27 conjunto com as polícias ou a SEMA, com quem desenvolvem parcerias
28 bastante consolidadas. Esclareceu que as atividades são sempre planejadas
29 com bastante estratégia devido à periculosidade, sendo que até o momento não
30 houve perdas humanas no grupo. Informou que a GA foi o primeiro grupo de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 5 de novembro de 2013

31 socorro a atender as vítimas da catástrofe na região serrana em 2011.
32 Encerrando solicitou o apoio do conselho, junto ao legislativo e aos
33 procuradores municipais para uma mudança na legislação, que permita o porte
34 de armas de fogo e poder de polícia. Pedindo a palavra, o **conselheiro Sr.**
35 **Sebastião Roberto dos Santos, representante da Associação Mista de**
36 **Pescadores de Macaé/AMPEMAC**, reiterou a necessidade da recolocação da
37 placa com a Resolução **COMMADS nº009/2011**, que veta o trânsito de
38 veículos na área da restinga do Pontal. Solicitando a palavra, o **conselheiro**
39 **Jorge Barcelos, representante da Colônia dos Pescadores Z-3**, alertou que
40 a área de preservação permanente do Pontal da Barra está ameaçada de
41 desaparecer. Relatou que por duas vezes viu o pontal sumir e reclamou sobre
42 as construções no local, exemplificando o avanço dos muros do Iate Clube
43 sobre a faixa litorânea. Seguindo a pauta foi apresentado o Plano de Trabalho
44 do Setor de Arborização e Paisagismo da SEMA, pelo seu **coordenador, o**
45 **engenheiro agrônomo Sr. Flávio Antônio Dutra Sayão**, explicando que a
46 formalização da lei municipal nº3010/2007, regulamentou a execução das
47 atividades pela SEMA. Esclareceu sobre os procedimentos necessários para o
48 atendimento às solicitações encaminhadas ao setor: após formalizar o pedido
49 no protocolo geral da SEMA, o requerente recebe um número para
50 acompanhar o encaminhamento do seu processo e é feita avaliação técnica no
51 local. Na remoção de espécies, o requerente cumprirá uma medida
52 compensatória, e sendo área pública, após o cumprimento da medida
53 compensatória, a SEMA executa o serviço. Caso seja área particular, o
54 requerente recebe autorização para o procedimento. Apresentou um
55 quantitativo médio mensal dos processos solicitados (95,2) e executados
56 (61,7), detalhados como: limpeza de terreno (não entulhos), poda, corte,
57 habite-se ambiental, plantios, projetos de arborização, capina química, e
58 vistorias, também de fitossanidade. Esclareceu que a manutenção e o plantio
59 de árvores nas calçadas é atribuição da SEMA, sendo que canteiros e praças
60 estão na responsabilidade da Secretaria Municipal de Limpeza



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 5 de novembro de 2013

61 Pública/SELIMP - que mantém contrato para a execução dos serviços com a
62 empresa Limpatech, firmado desde o governo anterior. Comentou sobre a
63 necessidade da aquisição de caminhões-pipa para a irrigação das espécies
64 plantadas, e da contratação de 'homens de campo' para compor a equipe dos
65 trabalhos externos. O presidente complementou o informe, ponderando que os
66 trabalhos serão acelerados no próximo ano de gestão do governo, com a
67 criação unidades de conservação, recuperação de restingas e reflorestamentos,
68 sendo que o orçamento ainda precisa ser definido para a execução destes
69 projetos. Voltando à palavra, o coordenador explicou sobre o padrão adequado
70 nas mudas recebidas dos processos de compensação ambiental, onde espessura
71 e altura mínimas e ausência de galhos na porção inferior do caule são exigidas.
72 Os conselheiros apresentaram questionamentos sobre atos de remoção
73 indevida de árvores e o necessário replante de reparação nos locais afetados;
74 prazos para as concessionárias efetivarem o aterramento das fiações e
75 cabeamentos aéreos; valorização do paisagismo como identidade; preservação
76 de árvores históricas; elevação dos valores da multas por crime ambiental;
77 necessidade de revisão da Lei Municipal de Arborização; a recuperação e
78 adequação da arborização nas calçadas no município, entre outras
79 contribuições. Concluindo, o coordenador informou que, atendendo a Lei
80 Municipal nº3010 será editado um 'manual de plantio' para orientar os
81 requerentes. O **presidente** passou ao último ponto da pauta, os informes
82 gerais, discorrendo sobre o pedido de esclarecimentos realizado pelo
83 COMMADS ao Ministério Público Federal/MPF do Rio de Janeiro, sobre o
84 Termo de Ajustamento de Conduta/TAC - anexo a esta ata -, assinado pelas
85 empresas Chevron e Transocean, tendo como intervenientes o IBAMA e a
86 ANP. Explicou que na cláusula 2.2.2, que define as 'obrigações de natureza
87 compensatória' pelas empresas, estas devem ter como objetivos principais: a
88 conservação da biodiversidade do litoral, o uso sustentável dos recursos
89 pesqueiros e fortalecimento da pesca artesanal, e a educação ambiental. E, que
90 na cláusula 2.2.3 pode ser solicitada uma prorrogação do prazo previsto para a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 5 de novembro de 2013

91 apresentação de propostas de projetos que contemplem as medidas
92 compensatórias a serem executadas. O presidente agradeceu aos conselheiros,
93 na pessoa do **Sr. Sebastião Roberto dos Santos**, o encaminhamento da
94 solicitação à mesa diretora desta proposta, pois considerou que esta representa
95 um cenário promissor de oportunidades para o município criar unidades de
96 conservação, especialmente em remanescentes de restinga e projetos
97 ambientais importantes e de educação ambiental com recursos possíveis de
98 advir destas medidas compensatórias. Comentou que em reunião com
99 representantes da Petrobras, estes expressaram interesse em apoiar a criação
100 de um Centro de Recuperação da Fauna Marinha no município, sendo esta
101 uma importante demanda identificada pela SEMA. Informou que já há local
102 disponibilizado para este projeto: a área de 3,5Km de extensão de costa
103 pertencente ao INCRA, localizada na praia de São José do Barreto, sendo que
104 a SEMA já manifestou o interesse de receber a doação da área para fins de
105 preservação e projetos ambientais. Com a palavra, o **secretário geral do**
106 **COMMADS, Sr. Márcio Nascimento da Silva, representante do Grupo de**
107 **Defesa Ecológica Pequena Semente/GDEPS**, encaminhou o pedido de
108 prorrogação do prazo para o envio de propostas referentes ao TAC. Informou
109 que a partir desta data poderá iniciar os trabalhos de análise dos processos
110 administrativos recorridos em 2ª instância encaminhados ao COMMADS pela
111 **Junta de Impugnação Fiscal/JIF/SEMA**, notificando a necessidade de
112 regulamentar esta tarefa através de Resolução COMMADS. Cobrou
113 providências sobre o pedido de ‘regulamentação para a ajuda de custos aos
114 conselheiros do 3º setor’, deliberada em reunião COMMADS e solicitou apoio
115 financeiro para cobrir os custos que suas atividades, que geram gastos com
116 passagens e alimentação. Findados os assuntos, o **presidente** encerrou a
117 reunião, e eu, **Ingrid Santos Stigger, secretária executiva**, lavrei, imprimi, e
118 dou fé a presente ata, assinando-a junto com os demais conselheiros
119 participantes. XXXXXXXXXXXX